



**OBSERVATÓRIO  
DAS METRÓPOLES**  
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



**FÓRUM NACIONAL DE  
REFORMA URBANA**

*Observatório das Metrópoles, em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana,  
apresenta*

## AS METRÓPOLES E A COVID-19: DOSSIÊ NACIONAL

# PANORAMA E CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Adão Francisco de Oliveira  
Aristides Moysés  
Celene Cunha Antunes Monteiro Barreira  
Débora Ferreira da Cunha  
Elcileni de Melo Borges  
Élis Gardel da Costa Mesquita  
Elis Veloso Portela Araújo  
Juliana Gomes da Silva de Melo  
Karla Emmanuela Ribeiro Hora  
Lorena Cavalcante Brito  
Maria Angélica de Sousa Santos  
Roberta Silva Marques  
Yordana Dias das Neves Naciff

Goiânia  
Julho de 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO



UFG



IESA



Centro Integrado de Pesquisa em Planejamento Geográfico  
CIPGeo

SEDI  
Secretaria de  
Estado de  
Desenvolvimento  
Econômico e  
Inovação



Somos todos  
GOIÁS  
GOVERNO DO ESTADO

## **Resumo**

A presente análise esboça o panorama da Covid-19 no Estado de Goiás, sua evolução entre as diferentes regiões e a dimensão socioterritorial da pandemia no contexto da Região Metropolitana de Goiânia – RMG, a mais afetada no Estado. Empreende ainda uma síntese das relações estabelecidas para enfrentamento da Covid-19, principais medidas adotadas, as articulações locais, omissões e insuficiências da política pública em voga.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19; dimensão socioterritorial; omissões estatais.

## **Abstract**

*The present analysis outlines the panorama of Covid-19 in the State of Goiás, its evolution between the different regions and the socio-territorial dimension of the pandemic in the context of the Metropolitan Region of Goiânia - RMG, the most affected in the State. It also undertakes a synthesis of the relationships established to face Covid-19, the main measures adopted, the local articulations, omissions and shortcomings of the current public policy.*

Keywords: Covid-19 pandemic; socio-territorial dimension; state omissions.

## **INTRODUÇÃO**

O enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus, doença respiratória viral (SARS-COV-2), e da sua rápida disseminação em escala global, exigem o aperfeiçoamento das políticas públicas, em todas as esferas de governo, visando a urgente execução de ações que contemplem, além de medidas de saúde pública, os aspectos sociais, econômicos e a dimensão territorial da pandemia, uma vez que as profundas desigualdades e diferentes níveis de vulnerabilidades socioespaciais demandam estratégias adequadas às especificidades de cada área urbana (COSTA, et al., 2020).

Concebe-se que a população pobre é a mais afetada pela pandemia, em todo o mundo. Sem condições sanitárias adequadas, os assentamentos precários e domicílios localizados em territórios populares aumentam a vulnerabilidade das famílias, por vários fatores: adensamento excessivo, precariedade das moradias, déficit de acesso a serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, condições de ventilação inadequadas etc. Para grande parte dessas populações as principais recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para evitar o contágio da Covid-19, como lavar as mãos, higienização e distanciamento social, são impraticáveis. A estratégia *#fiqueemcasa* não é uma opção factível para quem precisa enfrentar diariamente grandes distâncias casa/trabalho no transporte público superlotado.

Nesses termos, a presente análise esboça o panorama da Covid-19 no Estado de Goiás, sua evolução entre as diferentes regiões e a dimensão socioterritorial da pandemia

no contexto da Região Metropolitana de Goiânia – RMG, a mais afetada no Estado. Observando-se seus primeiros impactos, seja no aumento do desemprego, fechamento de atividades, interrupção de ocupações informais, necessidade de moradia e abrigo, de renda emergencial, condições socioambientais dos moradores, abastecimento agroalimentar, impactos sobre as mulheres, déficit de mobilidade urbana etc., ou mesmo em termos de condições sociais de acesso aos serviços de saúde. Empreende uma síntese das relações intragovernamentais estabelecidas para enfrentamento da Covid-19, as principais medidas adotadas pelos governos (federal, estadual e municipais), as articulações locais de formação de redes de solidariedade com setor privado e ONGs, as omissões estatais e insuficiências da política pública em voga.

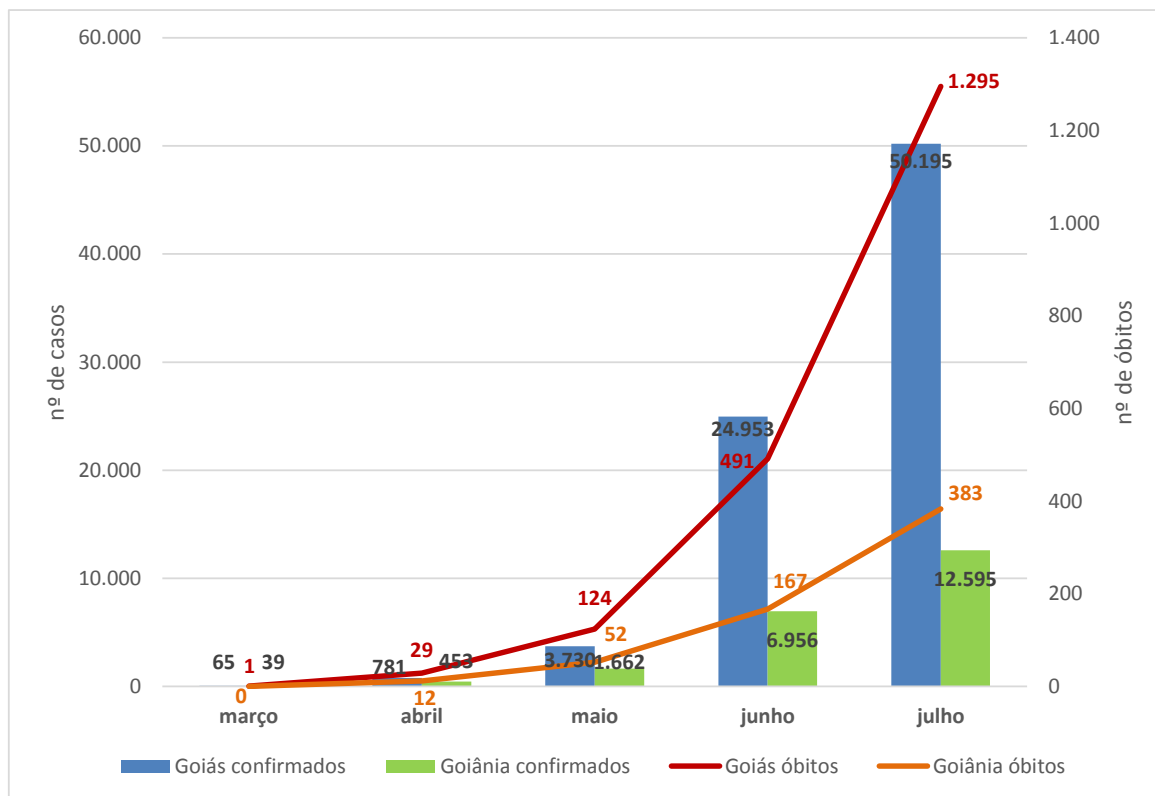
### **1) Panorama da pandemia de Covid-19 no Estado de Goiás**

A confirmação dos primeiros casos do novo Coronavírus no Brasil, ao final de fevereiro de 2020, e a sua rápida disseminação, tem causado enormes impactos no país. Diante da ausência de coordenação política do governo federal nas ações de prevenção do contágio e combate à pandemia, ganham destaque no cenário nacional as ações para controlar o avanço da Covid-19 por iniciativa dos Estados, Distrito Federal e municípios.

O Estado de Goiás registrou o primeiro caso de infecção pela Covid-19 no dia 02 de março de 2020, segundo o *Informe Epidemiológico sobre o Coronavírus 2019 (Covid-19)*, de 27/03/2020, da Secretaria de Estado da Saúde – SES. Como aconteceu no Brasil, via de regra, os primeiros casos no território goiano se deram em pessoas de classe média/média-alta que voltaram de viagens ao exterior ou de outros estados, notadamente no Centro-Sul do país. Constatando-se dois eixos vetoriais de contaminação: vertical, pela via aérea através dos primeiros infectados ao retornarem das viagens supra mencionadas, e horizontal, pelas seguintes dinâmicas: contágio familiar, laboral, comunitário e/ou rodoviário.

Com uma população aproximada de 7 milhões de habitantes (IBGE, 2020), distribuída em 246 municípios, Goiás tem 55% de sua população concentrada na Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e Região do Entorno do Distrito Federal (RIDE-DF), notadamente na capital Goiânia (22%). Segundo informações divulgadas pelo Ministério da Saúde, estas regiões concentravam em junho/2020, 56% dos casos de Covid-19 em Goiás (com 2,1% de letalidade). Pela atualização diária dos dados realizado pela SES, em 22 de julho de 2020, Goiás tinha 50.915 casos confirmados, com 1.295 óbitos. O Gráfico 1, mostra em curva ascendente, com a evolução do total de casos confirmados e de óbitos por Covid-19, em Goiás e Goiânia, entre março e julho de 2020.

**Gráfico 1 – Total acumulado de casos confirmados e óbitos de Covid-19 em Goiás e Goiânia**



Fonte: Secretaria Estadual de Saúde – Goiás, 2020.

A distribuição espacial da Covid-19 entre os municípios goianos e seu avanço no território (Figura 1), se manifesta em pontos concentradores que representam 66% dos casos, como mostra o quadro comparativo mensal da evolução da Covid-19 em Goiás, conforme dados da SEG Goiás e da Plataforma *Covid Goiás UFG*,<sup>1</sup> desenvolvida por pesquisadores do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento – Lapiq. A Figura 1, se compõe de quatro mapas com resultados parciais de referência aos meses de março a junho/2020.

O primeiro mapa (1º parcial – Março/2020), com informações acumuladas até 31 de março, mostra as ocorrências iniciais de contaminação nos principais polos urbanos do Estado, que foram evoluindo até junho, com o registro dos índices mais elevados: Goiânia é o epicentro com maior número de casos (30%); seguida por Rio Verde (20%), no Sudoeste Goiano (BR 060); Aparecida de Goiânia (9%), Anápolis (3%), Águas Lindas de Goiás (3%). Expandindo para Catalão e Silvânia, no Sudeste Goiano (Estrada de Ferro), Goianésia e Anápolis, na região Centro Goiano (Eixo BR-153) e Luziânia, no Entorno do DF. Todas essas cidades possuem dinâmica própria de articulação com o Centro-Sul do país, pelas principais rodovias e portos de exportação. Estão localizadas em quatro regiões do Estado –

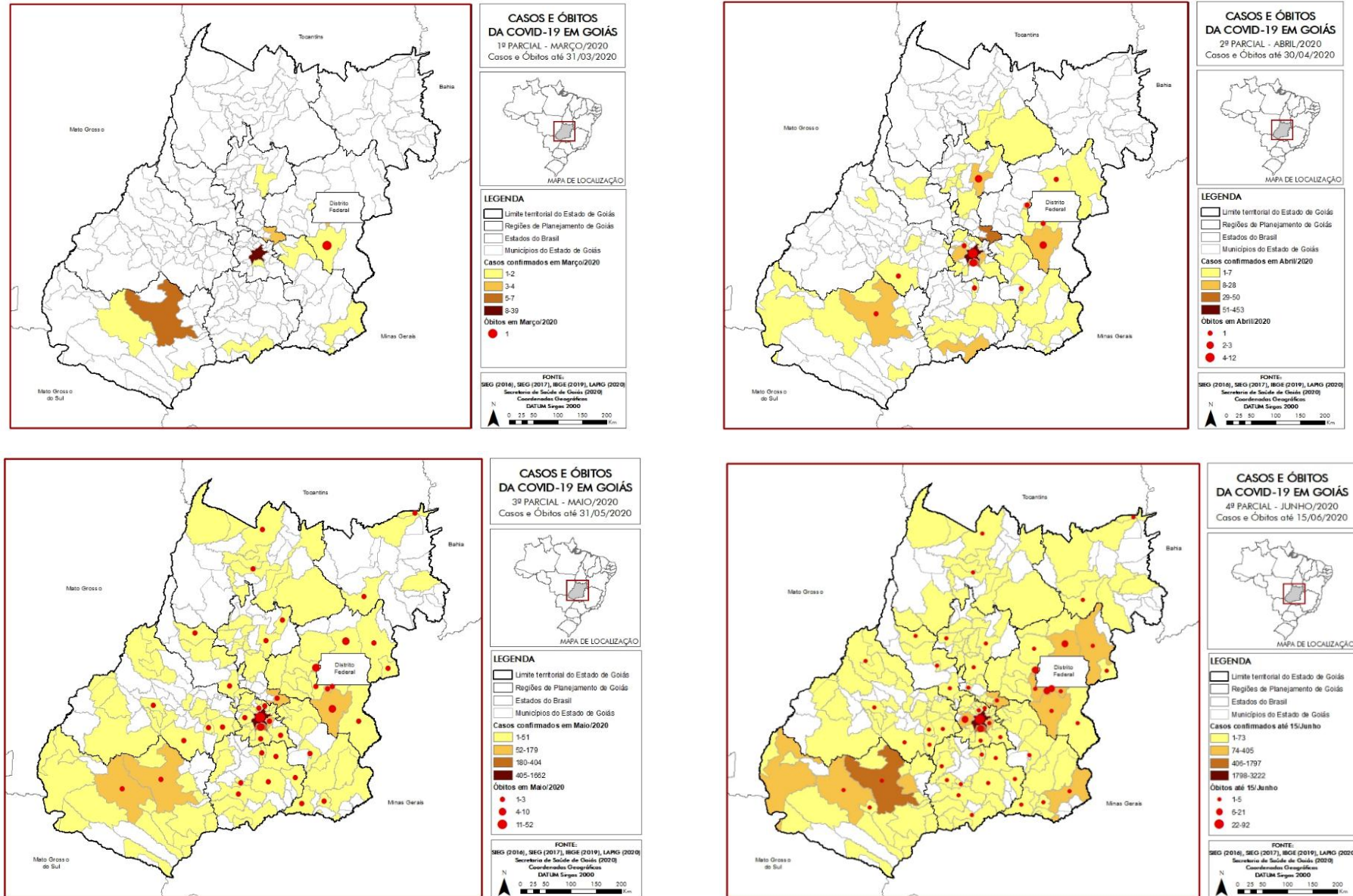
<sup>1</sup> Os dados podem ser acessados em: <https://covidgoias.ufg.br/#/map>. Acesso em 20 de junho de 2020.

RMG, RIDE DF, Centro e Sudoeste, destacadas no estudo de Cunha (2017) como as espacialidades mais relevantes de Goiás, constituindo os principais elos da rede urbana regional (IBGE, 2018), se caracterizam nós e vetores de propagação do vírus, através das interações espaciais de curto e médio alcance geográfico, relacionadas a circulação de pessoas, mercadorias e informações.

O segundo mapa (2º parcial – Abril/2020), com informações acumuladas até 30 de abril de 2020, mostram como a Covid-19 se interioriza em Goiás a partir das cidades polos, destacando duas situações específicas: a primeira, é a propagação do contágio comunitário na RMG, especialmente, em função da dinâmica metropolitana de interação e articulação cotidiana do polo com os demais municípios, expressa, via de regra, pela pendularidade do processo de trabalho. Nesse caso, o principal meio de contaminação é o transporte coletivo, espaço inevitável de aglomeração e contato físico; a segunda é a contaminação rodoviária a partir das polarizações urbanas regionais.

O destaque do terceiro mapa (3º parcial – Maio/2020), referente ao acumulado até 31 de maio de 2020, é a proliferação do número de óbitos por Covid-19 no Estado de Goiás (representado pelos círculos vermelhos) seguindo a lógica da dinâmica econômica regional: eclosão na porção sudeste/oriental e baixa incidência na porção noroeste/ocidental, como mostrou Oliveira e Barreira (2020). Nessa perspectiva, ao comparar os mapas das 2º e 3º parciais (Figura 1), nota-se aumento de 781 para 3.702 casos de Covid-19 (374%), e aumento de 29 para 124 óbitos (327,5%), com maiores concentrações de óbito na RMG e no Entorno do DF. Por outro lado, verifica-se uma situação que, no contexto do novo Coronavírus, tem sido comum em todo Brasil: a posterioridade de contaminação por Covid-19 nas regiões menos dinâmicas. É o que acontece em toda a faixa do Estado de Goiás: baixo índice de contaminação nas regiões Oeste, Noroeste e Norte Goiano e ausência de contaminação, até essa data, na região Nordeste Goiano (divisa com Tocantins e Bahia).

**Figura 1 – Evolução territorial e temporal de casos e óbitos da Covid-19 em Goiás (março a junho de 2020).**



Seguindo a tendência de evolução geográfica da proliferação da Covid-19, o quarto mapa (4º parcial – Junho/2020), com dados até 15 de junho de 2020, indica o aumento dos casos: nas regiões Sudoeste Goiano, com destaque para a cidade de Rio Verde;<sup>2</sup> na região metropolitana de Goiânia, com aumento de casos nos municípios de maior integração a dinâmica metropolitana: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. Em relação aos números de maio, conforme registros da SES, com atualização dos Casos de Doença pelo novo coronavírus (Covid-19) em Goiás, o número de casos confirmados subiu para 10.294 (178%) e 226 óbitos (salto de 82,2%).<sup>3</sup> Chegando ao dia 30 de junho de 2020, com 24.523 casos confirmados e 437 óbitos, mais que o dobro de dez dias anteriores. Apontado no noticiário nacional e local como a UF com maior índice de aumento de novos casos de Covid-19,<sup>4</sup> o sistema de saúde de Goiás passou a dar fortes sinais de colapso (taxa de ocupação dos leitos de UTI para Covid-19 próxima a 85%).

Em termos de infraestrutura de saúde, Goiás possui 1.437 leitos de UTI (CNES, 2019), dos quais 75% estão na RMG: destes 64% em Goiânia e 7% em Aparecida de Goiânia. Para ampliar a capacidade de atendimento a pacientes com a Covid-19, o Governo do Estado de Goiás, além da aquisição de equipamentos e EPIs, tem atuado na construção de hospitais de campanha e criação de novos leitos, distribuídos na capital e outras regiões do estado: três hospitais de campanha em Goiânia; um em Águas Lindas de Goiás (Entorno do DF) e um em Anápolis; na formalização de convênios para gerar novos leitos em: parcerias com o Hospital das Clínicas (HC) da UFG e a Maternidade Oeste, da Prefeitura de Goiânia, Porangatu, Itumbiara, Jataí, Formosa, São Luís de Montes Belos e Luziânia (Entorno do DF).

A difusão territorial da Covid-19 e o crescimento de casos e óbitos nos municípios goianos, coincide com o grau de aprofundamento ou relaxamento das medidas de isolamento adotadas pelo Governo Estadual e Municipais. O cenário político do Estado ganha contornos de conflitos a partir de discursos divergentes por parte dos executivos e legislativos municipais e forte pressão do empresariado, em especial da presidência da Federação das Indústrias do Estado de Goiás – FIEG, para

---

<sup>2</sup> O caso de Rio Verde, com uma população de 365 mil habitantes (IBGE, 2020), foi destacado no noticiário nacional como um surto de coronavírus registrado na fábrica da *BRFood* Brasil (produtos das marcas Perdigão, Sadia e outras), em que um grande número de funcionários foram contaminados com covid-19, levando a Prefeitura municipal, com intervenção do Ministério Público, a desenvolver, em parceria com a empresa, um plano que os epidemiologistas denominam de *testagem em massa* com “*contact tracing*” (rastreamento de contatos), com 8,5 mil funcionários, para proceder aos isolamentos necessários e tentar frear a propagação local do coronavírus.

<sup>3</sup> Os dados podem ser acessados em:

<https://extranet.saude.go.gov.br/pentaho/api/repos/:coronavirus:paineis:painel.wcdf/generatedContent>

<sup>4</sup> Referindo aos dados da plataforma *Brasil.io*, matéria de ALCANTARA (2020).



retomada das atividades econômicas e reabertura do comércio, restringidas pelo decreto de emergência na saúde pública (nº. 9.633, de março de 2020), mas flexibilizadas pelo decreto nº 9.653, de abril de 2020), delegando aos municípios maior autonomia para decidir as medidas de combate à pandemia, relaxando o isolamento e adotando medidas protetivas, como uso obrigatório de máscaras e realização de inquérito sorológico (a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia realizou 9,1 mil testes, divididos em 3 fases).

Para os pesquisadores do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública – IPT/UFG, que inclui médicos epidemiologistas e biólogos, os dados de projeção de cenários epidemiológicos da Covid-19 em Goiás, elaborado a partir das informações da SES/GO, demonstram claramente que o isolamento é fator fundamental para impedir o avanço do novo Coronavírus nos territórios (Toscano *et al.*, 2020), concluindo que as medidas de isolamento adotadas pelo governo de Goiás, em março, contribuíram para redução da velocidade de transmissão do SARS-CoV-2 no mês de abril.<sup>5</sup>

De fato, entre 21 de abril e 05 de maio, dos 246 municípios goianos, 236 apresentaram tendência na redução do isolamento social. Inicialmente, Goiás registrou mais de 60% de índice de isolamento social, com significativa redução de circulação nas cidades, diminuindo continuamente até os atuais 35%.<sup>6</sup> Esse cenário caótico, e o alerta da equipe da UFG, de saturação do sistema de saúde, levou o Governo de Goiás a estabelecer *lockdown* intermitente, de 14 por 14 dias, a partir de 30 de junho de 2020 (decreto nº 9.685/2020), visando conter o avanço da contaminação pelo novo Coronavírus no Estado. Sendo seguido por igual iniciativa pela Prefeitura de Goiânia.

## **2) Panorama da pandemia de Covid-19 na Região Metropolitana de Goiânia**

O maior índice de contaminação no município de Goiânia (30% dos casos de Goiás) se justifica por sua dinâmica metropolitana: concentração de serviços, polo de negócios, indústrias e, por decorrência, intercâmbio, cultura e encontros. Composta por 21 municípios (LCE nº 139/2018) a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) soma um contingente de 2,6 milhões de habitantes, o que representa 37,2% da população

---

<sup>5</sup> Ao todo são 5 Notas Técnicas, cujo objetivo é a elaboração de modelo de simulação (ABM-COVID-GO-III), ou seja, uma modelagem de expansão espaço-temporal da Covid-19 em Goiás em diferentes cenários de isolamento e distanciamento social, visando subsidiar tomadas de decisão em políticas públicas a serem adotadas para o enfrentamento do novo Coronavírus.

<sup>6</sup> Base de dados da In Loco, elaborada a partir de geotecnologia de localização em *softwares* embarcados em mais 60 milhões de celulares, num score de isolamento social desde que as cidades começaram a decretar *lockdowns*. In: <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/>. Acesso em 20/06/2020.



estadual, concentrando 36% do Produto Interno Bruto de Goiás (IMB, 2016). Já a população de Goiânia em relação à região metropolitana representa 58% (IBGE, 2020).

A RMG foi a primeira região do Estado de Goiás que diretamente disseminou a contaminação do novo Coronavírus pelos dois eixos vetoriais de transmissão da Covid-19: o vertical e o horizontal (em todas as suas expressões), registrando em 22 de junho de 2020, 7.118 casos confirmados. O panorama da evolução da Covid-19 no território metropolitano pode ser visto na Tabela 1.

**Tabela 1 – Evolução dos casos da Covid-19 na RM de Goiânia: Março a Junho/ 2020**

Município	27/mar	31/mar	14/abr	28/abr	12/mai	28/mai	10/jun	22/jun
Goiânia	28	39	160	392	585	1304	2775	4824
Abadia de Goiás	0	0	0	0	0	6	12	22
Aparecida de Goiânia	2	2	6	29	76	270	754	1506
Aragoiânia	0	0	0	2	2	2	8	12
Bela Vista de Goiás	0	0	1	3	9	26	31	43
Bonfinópolis	0	0	0	0	0	2	7	8
Brazabrantes	0	0	0	0	0	1	1	3
Caldazinha	0	0	0	0	0	0	1	1
Caturai	0	0	0	0	1	1	1	2
Goianápolis	0	0	0	0	0	2	7	19
Goianira	0	0	1	1	3	4	6	8
Guapó	0	0	1	1	1	7	13	18
Hidrolândia	1	1	1	1	1	19	39	54
Inhumas	0	0	0	3	5	7	35	118
Nerópolis	0	0	1	3	7	9	9	10
Nova Veneza	0	0	1	1	1	3	3	5
Santa Bárbara de Goiás	0	0	0	0	0	0	0	0
Santo Antônio de Goiás	0	0	0	0	1	1	2	21
Senador Canedo	0	0	1	8	16	54	191	301
Terezópolis de Goiás	0	0	0	0	0	1	5	10
Trindade	0	0	4	11	23	38	79	133
<b>Total RMG</b>	<b>31</b>	<b>42</b>	<b>177</b>	<b>455</b>	<b>731</b>	<b>1757</b>	<b>3979</b>	<b>7118</b>
<b>Total Goiás</b>	<b>49</b>	<b>65</b>	<b>283</b>	<b>661</b>	<b>1114</b>	<b>2671</b>	<b>7380</b>	<b>16.326</b>

Fonte: SES-GO/ Boletins Epidemiológicos Covid-19; Atualização dos casos de doença pelo Coronavírus (Covid-19) em Goiás.

Em que pese a RMG se constituir no principal foco de contaminação no Estado de Goiás, não apenas por sua densidade demográfica, mas também pela integração entre os municípios, ao longo desse período de disseminação do novo Coronavírus, houve uma tendência de maior crescimento nos números do total do Estado de Goiás do que naqueles referentes à RMG. Isso se explica muito fortemente tanto pelas medidas político-administrativas de distanciamento social adotadas pelos governos municipais, quanto pela rápida propagação do vírus no Entorno do DF e no Sudoeste Goiano.

A evolução da contaminação da Covid-19 na RMG se deu, como é de se esperar, primeiramente nos municípios de maior integração com o polo metropolitano: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. Somente Goiânia e Aparecida de

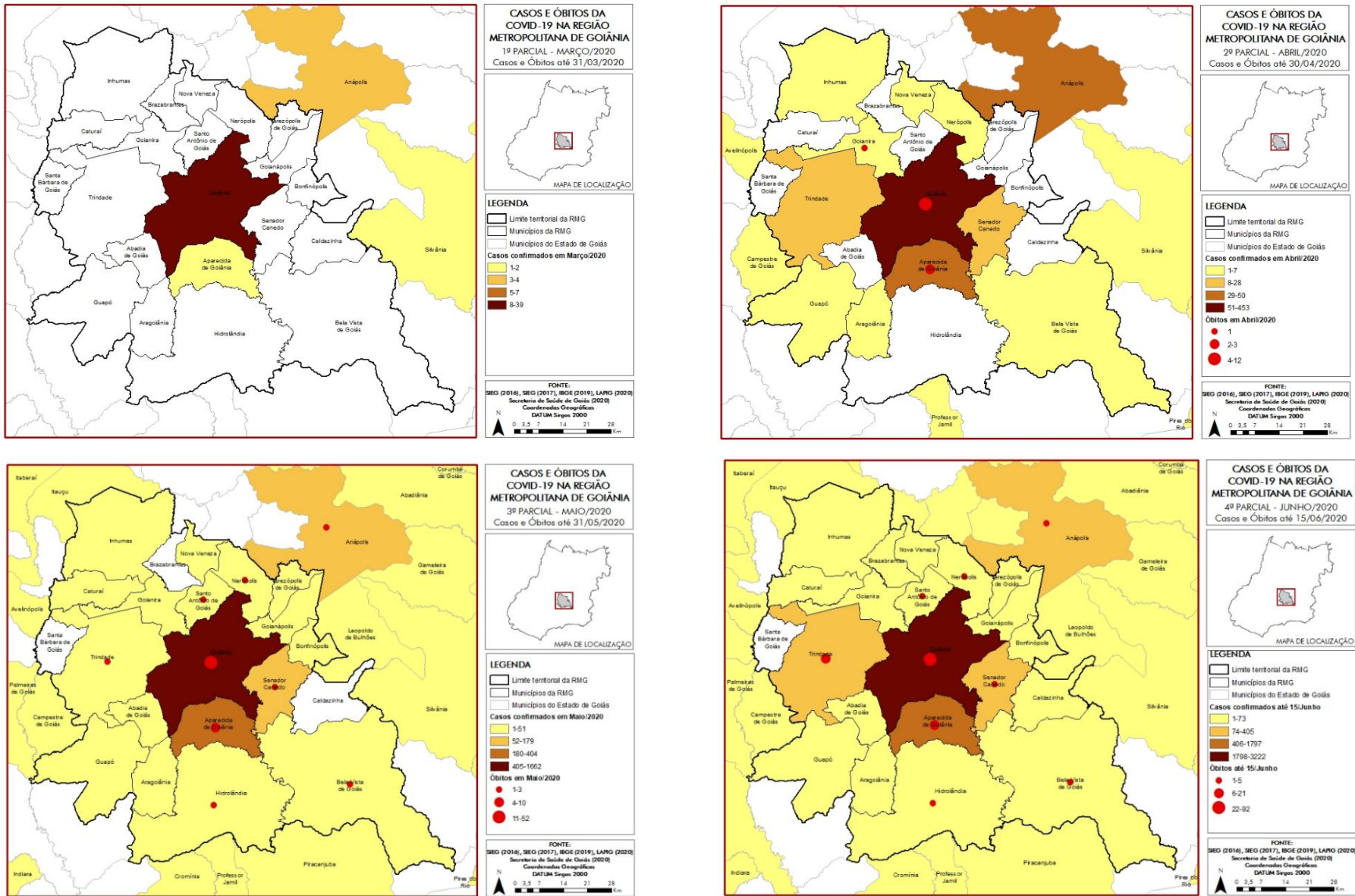
Goiânia acumulavam em junho/2020, 89% dos casos confirmados da região (68% e 21%) e 40% dos casos de Goiás; em relação aos óbitos são 91% da RMG e 47% do estado (Tabela 1). Somando os registros em Senador Canedo, Trindade e Inhumas, totalizavam 97% dos casos da RMG. O movimento pendular de trabalhadores nesses municípios realizado diariamente pela dinâmica produtiva produz, dentro da RMG, uma sub-regionalização e influencia fortemente na manifestação dos números de infecção.

A Figura 2 apresenta distribuição espacial e temporal de casos e óbitos da Covid-19 na RMG, de março a junho de 2020. Os casos confirmados na RMG mostram um comportamento espacial de dispersão do novo coronavírus, embora concentrado na conurbação Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. A RMG apresenta alta pendularidade intrametropolitana, 84% dos fluxos pendulares da região ocorrem no espaço intrarregional metropolitano; com 86% dos fluxos de entrada em Goiânia e 80% dos fluxos de saída do entorno metropolitano (CUNHA, 2017). Pela elevada movimentação metropolitana, a disseminação espacial da doença na região, segue o padrão de rede tipo 'múltiplos circuitos', com intensa circulação diária entre esses municípios, por fluxos e conexões de curto alcance geográfico, associados à localização da moradia e das atividades produtivas, analisado em Cunha (2017).

Quase dois meses após o registro do primeiro infectado na RMG, ocorrido em Goiânia, um total de 10 dos 21 municípios da região ainda não haviam registrado ocorrência de Covid-19. Passado mais um mês, o número de municípios sem registro de contaminação por Covid-19 caiu para três: Santa Bárbara, Caldazinha e Brazabrantes. Cabe ressaltar que Caldazinha e Brazabrantes são municípios fora de rota para grandes centros produtores ou de atração turística. Porém, Santa Bárbara de Goiás é rota de ligação da capital goiana a centros sub-regionais dinâmicos e concentra, no trecho de corte da rodovia GO-060 em sua zona urbana, um pequeno mercado bastante aquecido. Adentrando o mês de junho, somente Santa Bárbara de Goiás não registrou nenhum caso de Covid-19. Chama a atenção, ainda, o caso do município de Trindade, com número de óbitos se aproximando aos de Aparecida de Goiânia (conforme mapas da evolução mensal da Covid-19, Figura 2).

A evolução da Covid-19 no território da metrópole Goiânia, e de sua região metropolitana, assim como os impactos econômicos da crise ocasionada pelo novo Coronavírus, especialmente sobre a condição ocupacional e alternativa de renda das famílias de menores rendas, é ainda mais preocupante quando olhamos para as condições sociais de seus habitantes e para os indicadores de infraestrutura urbana existentes na RMG.

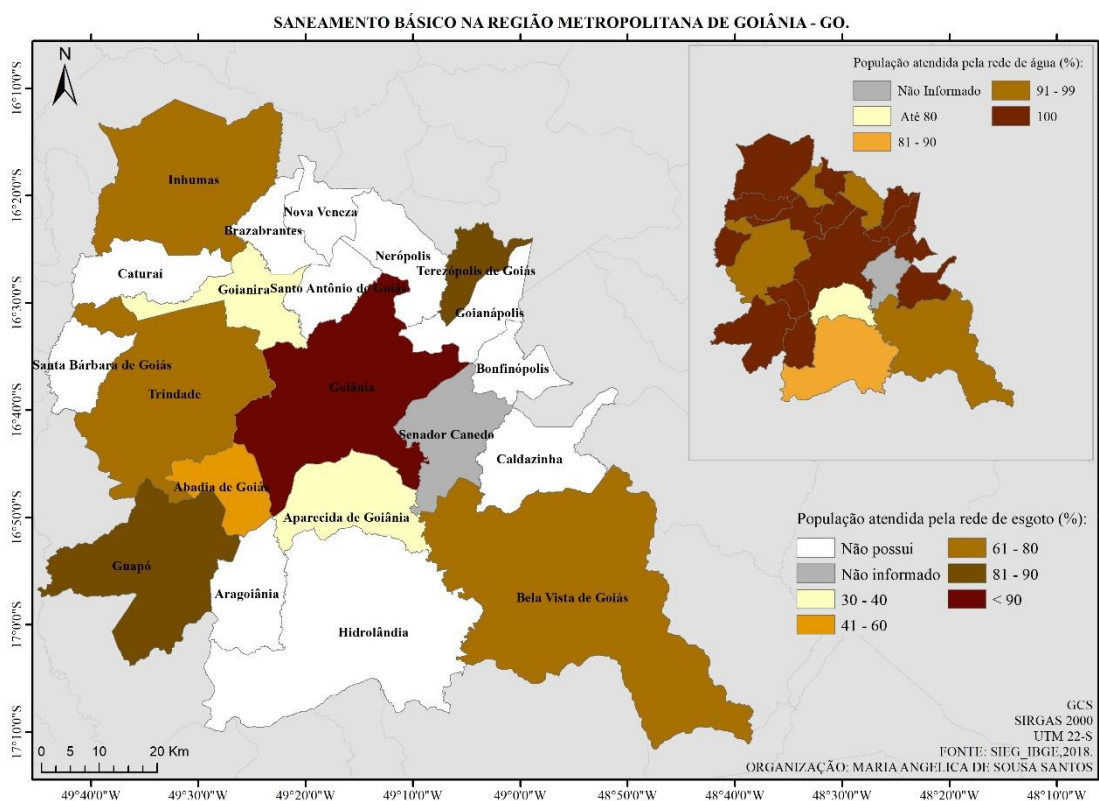
Figura 2 – Evolução territorial e temporal de casos e óbitos da Covid-19 na Região Metropolitana de Goiânia



A questão do saneamento básico é um grande desafio na RMG, especialmente frente à crise sanitária decorrente da Covid-19, pois se trata de um fator fundamental para a garantia de higiene e prevenção de contágio pelo novo Coronavírus. Conforme dados do IBGE, no caso do esgoto sanitário, menos da metade dos municípios apresentam uma rede de atendimento à população – sendo que apenas Goiânia possui uma cobertura maior que 90%. Em relação à cobertura de água tratada a maior parte dos municípios apresenta cobertura total, no entanto chama a atenção o caso de Aparecida de Goiânia, com apenas 77% da população atendida por esse serviço, ver Figura 3.

Em relação as atividades econômicas, o setor de serviços tem a maior participação na estrutura do PIB da maioria dos municípios da RMG, seguido pelo setor industrial (IMB/SegPlan/IBGE). São esses os dois ramos mais afetados pela pandemia da Covid-19, deixando milhares de pessoas desempregadas ou sem qualquer fonte de renda, tendo em vista os trabalhadores autônomos e quantidade de pequenas e microempresas que participam ativamente desses setores. Esses segmentos não receberam qualquer apoio do Governo Federal, embora vultosos volumes de empréstimos, a juros baixos, tenham sido prometidos, porém não efetivados.

**Figura 3 – Saneamento básico na Região Metropolitana de Goiânia-GO**



Considerando-se somente a segunda quinzena do mês de março de 2020, quando foi decretado o isolamento social, houve saldo negativo do emprego formal em quase todos os setores da economia no Estado de Goiás. Ressalte-se que o maior mercado de trabalho concentra-se na RMG, conforme mostram os números do Saldo de Empregos da Indústria em Goiás, medido pelo Cadastro Geral de Emprego – Caged, do Ministério da Economia. O setor de serviços foi o mais atingido pelas demissões em massa (- 8.639 vagas), seguido pelo comércio (- 7.590 vagas), indústria (- 1.727 vagas) e construção civil (- 892 vagas). Na indústria houve o fechamento de 1.816 vagas de emprego formal. A única exceção foi a categoria Agricultura, com geração de 690 vagas (Caged, 2020).

No setor de Serviços, as categorias mais atingidas pela pandemia da Covid-19 foram as atividades de alimentação e lazer que tiveram o maior impacto no saldo de empregos formais (- 3.269 vagas), com o agravante de que esses setores possuem uma enorme quantidade de trabalhadores informais. Em seguida aparece a diminuição de empregos na administração pública (- 3.131 vagas) e no setor de transportes (- 1.036 vagas). Outro dado que chama a atenção na análise das categorias componentes desse setor é o saldo referente ao serviço doméstico, que permaneceu estático, não tendo havido dispensas durante a pandemia. Mas cabe destacar que a maior parte dos trabalhadores domésticos no Brasil são mulheres, e, segundo estudo elaborado pelo IPEA e ONU Mulheres, cerca de 70% dessas trabalhadoras atuam na informalidade, sendo a falta de proteção social uma das marcas mais fortes que assolam essa categoria.

### **3) Ações governamentais para enfrentamento da Covid-19, condição social de acesso aos serviços de saúde e omissões estatais na RMG**

Em termos de medidas de proteção social implementadas pelos governos estadual e municipais, diversas iniciativas e campanhas de combate ao novo Coronavírus vem sendo implementadas, a maioria no campo da assistência social, visando garantir a segurança alimentar das famílias em situação de vulnerabilidade. O Cadastro Único (CadÚnico), do governo federal, tem sido o parâmetro usado no planejamento para distribuição de cestas básicas de alimentos, material de higiene e limpeza (álcool 70%), pela Organização das Voluntárias do Estado de Goiás – OVG, enfocando os territórios populares e populações predominantemente carentes. Inicialmente foram priorizadas as regiões: Oeste (Jardim Cerrado e Vera Cruz); Noroeste (Setor São Carlos, Bairro Floresta e Bairro da Vitória); Norte (Residencial Vale dos Sonhos, Residencial Bela Goiânia, Jardim Guanabara I, Jardim Pompeia, Setor Asa Branca e Setor Vale da Serra); posteriormente a campanha foi

estendida para outras localidades e para outros municípios da RMG (Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade).<sup>7</sup>

De parte da Prefeitura de Goiânia se destacam as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social – Semas e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas (SMDHPA), que vão além da distribuição de cestas básicas alimentares nos territórios populares. Em atendimento a uma solicitação judicial provocada pela Defensoria Pública de Goiás,<sup>8</sup> a Semas implementou um conjunto de ações para garantir o abrigo e acolhimento das populações em situação de rua, como a instalação de pontos de higienização/chuveiros móveis, a garantia de atendimento e isolamento destas populações, em caso de sintomas de Covid-19, a realização de testes de prova de Covid-19, e vacinação de H1N1.

Em levantamento realizado em abril de 2020, *cerca de 200* pessoas em situação de rua estavam abrigadas em pelo menos três locais fornecidos pela Prefeitura: Casa de Acolhida Cidadã I e II; Residencial Niso Prego, específico para crianças, no Setor Goiânia 2; e 20 barracas de lonas/acampamento, com capacidade para até duas pessoas, contendo cobertores e colchonetes, disponibilizadas no Mercado aberto da Rua 74. Para outros 200 moradores de rua, que por razões pessoais recusam os abrigos, foram disponibilizados serviços de higienização em mais três pontos: *Cepal do Setor Sul, Cepal do Jardim América e, por último, Cepal do Setor Campinas.*<sup>9</sup>

*Outra iniciativa para dar sustentação a estratégia de acolhimento da população de rua de Goiânia, também movida pela Prefeitura municipal, é o aluguel de um hotel popular na região do setor Campinas, com capacidade de atendimento à sessenta pessoas, com valor das diárias fixadas em R\$ 11 a serem pagas pelo Tesouro Municipal (SALGADO, 2020).* Além dessas populações vulneráveis, a Semas informou que em Goiânia, atualmente, existem 35 mil famílias cadastradas no Bolsa Família que, automaticamente, passarão a receber o auxílio emergencial do Governo Federal, a secretaria está oferecendo orientações e esclarecimentos sobre benefícios às famílias e realizando novas inscrições no CadÚnico, através de atendimentos presenciais por agendamento, com intuito de evitar aglomeração de pessoas.

---

<sup>7</sup> Um *pool* de instituições participa na campanha de combate ao Coronavírus desenvolvida pela OVG: órgãos públicos (diversas Secretarias, Agências, Tribunais de justiça, Polícia, Bombeiros etc.), universidades, empresas privadas, sistema “S”, sindicatos, centenas de entidades sociais/Ong’s, e até a Embaixada da Espanha em Brasília.

<sup>8</sup> A matéria completa sobre esta petição pode ser vista em OLIVEIRA (2020).

<sup>9</sup> Os dados foram mostrados por PINHEIRO (2020).



Quanto às ações específicas para a questão da moradia vale mencionar os esforços da Agência de Habitação - Agehab, em diversas frentes<sup>10</sup> implementação de ações para evitar paralisação de obras (várias obras em parceria com o Governo Federal, sob sua administração direta), adoção de protocolos rigorosos para garantir a segurança dos trabalhadores nos canteiros de obras; prorrogação de convênios habitacionais com vencimento entre abril e junho de 2020, por mais 12 meses (construção e reforma), visando possibilitar a conclusão das obras em vista de atrasos causados pela pandemia; chamamento público para construção de 2 mil novas moradias em parceria direta com municípios (investimento estadual previsto de R\$ 40 milhões, oriundos de Crédito Outorgado de ICMS, Fundo Protege, e emendas parlamentares).<sup>11</sup>

No âmbito da moradia social na RMG, que acumula um déficit habitacional quantitativo em torno de 95 mil unidades (FJP, 2013), a relação de obras paradas por falta de repasse de verba, de empreendimentos contratados pelo MCMV Entidades e MCMV FAR, desde 2015, são flagrantes do descaso com a política de moradia, tendo várias obras inconclusas e que poderiam abrigar inúmeras famílias, especialmente nesse grave momento da pandemia.

Não obstante, a distribuição e mapeamento dos territórios populares de Goiânia e região metropolitana não dispõe de um levantamento preciso, que permita verificar as regiões mais vulneráveis. Nesse sentido, os resultados preliminares dos Aglomerados Subnormais, que seriam validados e utilizados na operação do Censo 2020, do IBGE (adiado para 2021), foram antecipados para fins de subsidiar os gestores públicos, e a sociedade em geral, com informações importantes para o enfretamento da pandemia do novo Coronavírus nestas áreas vulneráveis das cidades brasileiras.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Vale mencionar que a Agehab também participou ativamente na campanha da OVG, tendo montado um posto *drive-thru* nas dependências da Agência para arrecadação de doações de cestas de alimentos e produtos de higiene, além de parceria com o Tribunal de Justiça para arrecadação de doações.

<sup>11</sup> Importante salientar, contudo, que este Edital já estava em andamento quando estourou a pandemia de Coronavírus. Ver o link: Chamamento Público – Novos Convênios Agehab: [http://www.agehab.go.gov.br/files/chamamentos/Edital\\_n\\_001.2020\\_MUNICIPIOS.pdf](http://www.agehab.go.gov.br/files/chamamentos/Edital_n_001.2020_MUNICIPIOS.pdf). Acesso em: 25 de maio de 2020.

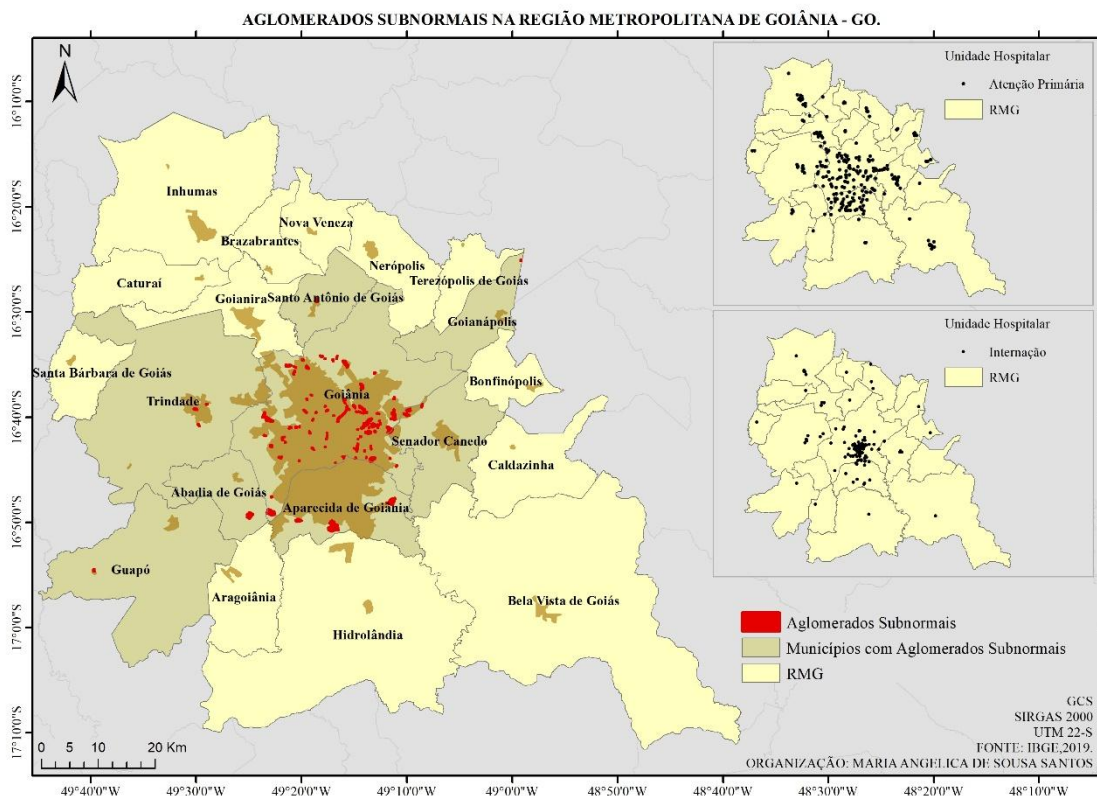
<sup>12</sup> Versão preliminar (atualizações até dezembro de 2019), que apresenta algumas limitações: em relação à estimativa de domicílios ocupados, o dado tem como ponto de partida os dados do Censo Demográfico de 2010; para algumas áreas, ocorreram atualizações de campo e, para outras, foram feitas estimativas menos precisas, sempre usando as melhores informações disponíveis. Portanto, essa estimativa não é comparável com os resultados do Censo Demográfico de 2010 ou com outras fontes de informações de IBGE. Podem ser encontradas, nesta versão, diferenças de nome do aglomerado, extensão e sua classificação, pois estes dados ainda serão validados junto às prefeituras por meio de Reuniões de Apoio ao Censo – REPAC durante o processo de preparação do Censo Demográfico 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em 20/05/2020.



Para tanto, o estudo *Aglomerados Subnormais 2019 – classificação preliminar para o enfrentamento à Covid-19*, apresenta a quantidade e a proporção de domicílios em quatro escalas: Aglomerado Subnormal, Município, Regiões de busca a serviços de saúde de baixa e média complexidade (resultados preliminares da pesquisa REGIC 2018) e Estados, oferecendo uma extensa base de dados com cruzamento das informações de distância, município, bairro, logradouro e número dos estabelecimentos de saúde mais próximos (unidade básica de saúde, unidade de saúde de família, pronto atendimento, estabelecimento de internação etc.), informando ainda o segundo e terceiro estabelecimento mais próximo para o caso de necessidade de deslocamento entre cidades.

Em toda a RMG, que possui um estoque total de 1.041.909 domicílios, foram identificados 17.009 domicílios distribuídos em 114 Aglomerados Subnormais (o que corresponde à 1,64% do estoque total do país), presente em oito municípios metropolitanos: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade, Abadia de Goiás, Guaporé, Santo Antônio de Goiás e Goianópolis. O Polo metropolitano lidera o *ranking* dos AGSN, com 99 Aglomerados e 13.043 domicílios (ou 2,47% do estoque da região), seguido por Aparecida de Goiânia com 5 AGSN, somando 2.169 domicílios nessas áreas vulneráveis. Em termos de distância a ser percorrida pelos moradores dos AGSN até um estabelecimento de saúde mais próximo, tanto de atenção básica quanto de suporte de observação e internação, apurou-se a necessidade de deslocamento médio de 3,5 km. A Figura 4, a seguir, mostra a distribuição destes AGSN e a localização dos estabelecimentos de saúde mais próximos a cada aglomerado na RMG.

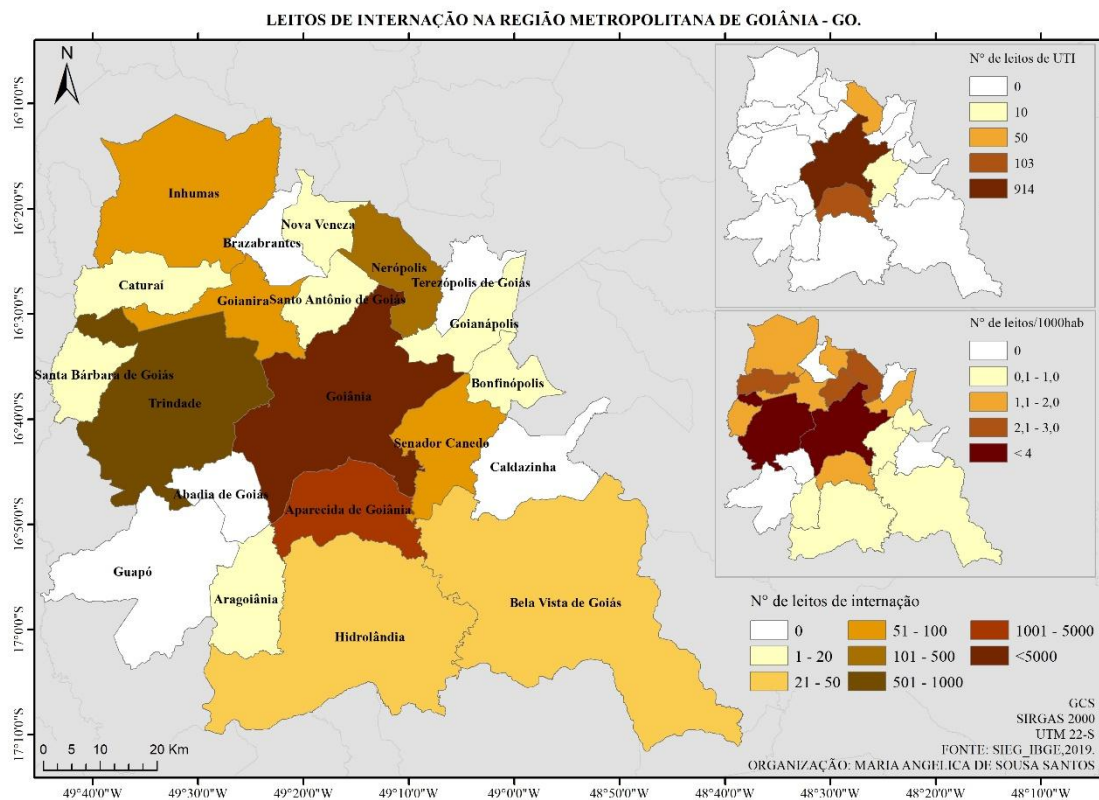
**Figura 4 – Aglomerados subnormais na Região Metropolitana de Goiânia-GO.**



Fonte: IBGE, 2019. Organização: Maria Angélica de Sousa Santos.

Em termos de infraestrutura de serviços de saúde, observa-se que todos os municípios da RMG possuem unidades de atendimento básico, já quanto às unidades de internação, os municípios de Abadia de Goiás, Brazabrantas, Caldazinha e Teresópolis não possuem unidades, evidenciando alta fragilidade e insuficiência de serviços de saúde no âmbito regional (Figura 5). Somente quatro municípios da RMG possuem leitos de UTI: Goiânia (914), Aparecida de Goiânia (103), Nerópolis (50) e Senador Canedo (10). Evidentemente esses números são alarmantes, tendo em vista a capacidade de propagação e contágio do novo Coronavírus em uma escala muito superior à capacidade de atendimento, sobretudo dos casos mais graves. Além disso, há também a quantidade limitada de leitos de internação, o que acaba por agravar casos que poderiam ser tratados brevemente e de forma local, sobrecarregando ainda mais o sistema em Goiânia, onde concentra a maior parte dos equipamentos de saúde.

**Figura 5 – Leitos de internação na Região Metropolitana de Goiânia.**



Fonte: IBGE, 2019. Organização: Maria Angélica de Sousa Santos.

Em toda a RMG, de modo geral, para além das grandes vulnerabilidades das populações residentes em territórios populares, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19, as medidas de enfrentamento implementadas pelos Governos locais, e federal, evidenciam insuficiências e omissões estatais em diversos aspectos. Não há por parte do Governo estadual ou municipais programas de auxílio de renda para os trabalhadores desempregados, autônomos, feirantes, motorista de aplicativos e vans escolares, que dependem exclusivamente do limitado programa federal, pois nem sempre consegue ser acessado pelo trabalhador e/ou não faz jus ao benefício.

Nenhuma ação foi implementada objetivando apoiar a cadeia de abastecimento agroalimentar, em especial as iniciativas de circuitos curtos de agricultura familiar, que inicialmente se garantiu num sistema de entregas domiciliar via redes sociais, mas que com o avanço da pandemia, das medidas restritivas de circulação social, medidas sanitárias protetivas, além do fechamento de restaurantes, *fast foods*, feiras populares, o aumento do desemprego e a fruição de rendas, foi fortemente afetada; preterida, também, ao aumento da comercialização de alimentos por supermercados, mercearias e verdurões, considerados atividades essenciais, sobretudo com a liberação da renda básica emergencial.

Não foi criada nenhuma política específica para enfrentamento do impacto da pandemia para as mulheres, mães de famílias, trabalhadoras em diversas atividades

externas, muitas sofreram redução de salários ou ficaram desempregadas, se viram com as crianças sem escolas, tendo que acompanhar as aulas *on line*, e ainda executar as atividades domésticas. Outras tantas, não receberam dispensa das suas atividades profissionais, especialmente aquelas consideradas essenciais, sendo privadas até do retorno para casa para proteger suas famílias. E ainda mais grave, as estatísticas de violência doméstica contra mulheres, que foram aviltadas nesse período de quarentena e de convivência exacerbada, recebendo cotidianamente grande carga de *stress*, e sem nenhuma política de proteção do Estado, enfrentando, mesmo, uma situação de abandono social.

O quadro caótico do transporte público na RMG ganhou espaço no noticiário nacional desde a manifestação dos primeiros casos de Covid-19 em Goiânia. Isso ocorreu após a Rede Metropolitana de Transportes Coletivos (RMTC) anunciar opção por paralisar a circulação de ônibus na Grande Goiânia (que atende 18 municípios metropolitanos). Por intervenção da justiça, entretanto, a RMTC foi instada a manter a circulação, garantir a higienização dos ônibus (o único meio de transporte coletivo local) e conduzir passageiros apenas sentados (Decreto estadual nº 9.638/2020), para se evitar aglomeração de pessoas e risco de contágio da doença de grande parcela de trabalhadores das atividades essenciais.

Contudo, com a decisão do consórcio de empresas de reduzir a frota de ônibus em circulação, sob o argumento de cumprimento da determinação para afastamento dos motoristas e funcionários pertencentes ao grupo de risco, mais de 220 ônibus foram tirados de circulação, provocando superlotação em terminais e ônibus, expondo os usuários à grandes aglomerações e risco de saúde. Nem mesmo a implementação de escalonamento de horários das atividades em funcionamento, por meio de Decreto municipal (Decretos nº 951/2020 e nº 1.050), em meados de abril, resolveu o problema da superlotação do transporte público coletivo da RMG, e os conflitos de interesses entre empresários e governo local permaneceram, já que os empresários alegavam dificuldades financeiras. Essa situação permaneceu sem solução até final de junho de 2020.

Como solução alternativa, o Legislativo Estadual apresentou um Projeto de Lei autorizando o transporte alternativo, a ser prestado por vans escolares e micro ônibus de turismo, com vigência apenas durante a pandemia de Covid-19. Entretanto, este Projeto não foi adiante pois encontrou grande resistência das empresas concessionárias, que detém o monopólio dos serviços de transporte coletivo na região, até 2030. O descaso dos empresários com os usuários do transporte público coletivo da Grande Goiânia, diante da emergência de saúde pública, gerou grande repercussão, tendo sido requerida a abertura

de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na Assembleia Legislativa de Goiás, para averiguação das circunstâncias da má prestação do serviço.

## **Considerações Finais**

Em Goiás, a disseminação da Covid-19 está seguindo similar distribuição geográfica caracterizada no Brasil, chegando primeiro às capitais e grandes cidades, onde estão os maiores núcleos populacionais e aglomerações urbanas como as regiões metropolitanas, que apresentam intensos fluxos de pessoas e altos índices de circulação. A difusão territorial da Covid-19 e o crescimento de casos e óbitos nos municípios goianos, respondem em parte às medidas adotadas pelos Governos Estadual e Municipais, para contenção do avanço da doença no território.

A partir de 26 de março, decretos com flexibilização do distanciamento social começaram a ser baixados pelo Governo do Estado de Goiás, com forte influência sobre os municípios, que não contam com fiscalização estruturada de caráter policial, para um controle autônomo de seus dispositivos legais, tendo, pois, forte dependência do Estado. Com os novos decretos, houve um consentindo gradativo para que atividades variadas pudessem ser praticadas. Foi assim com os decretos de nº 9644, de 26/03/2020; nº 9645, de 03/04/2020. Os reflexos das medidas de flexibilização e relaxamento no distanciamento social, sobre os números do novo Coronavírus, foram observadas no início do mês de maio, apresentados no Gráfico 1.

A curva da contaminação da Covid-19, notável no Gráfico 1, faz uma quebra para cima e dá um salto para os picos observados nos meses de junho e julho de 2020. A intensa contaminação na RMG foi sustentada principalmente pelos municípios de maior integração metropolitana, como Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade.

Os demais municípios da RMG podem ser classificados em duas situações: municípios com baixa contaminação ascendente e municípios com contaminação sob controle. No primeiro caso, que reúne nove municípios (Inhumas, Hidrolândia, Guapó, Abadia de Goiás, Aragoiânia, Bonfinópolis, Goianópolis, Goianira, Teresópolis) desde o início da propagação do vírus em Goiás e na RMG os números cresceram, mas de forma controlada frente à intensidade da contaminação nos municípios de maior integração e ao próprio número de suas populações. Já com relação ao segundo caso, que reúne oito municípios (Caturai, Guapó, Caldazinha, Nova Veneza, Bela Vista de Goiás, Brazabrantes, Santo Antônio de Goiás, Santa Barbara de Goiás) há uma sensação maior de controle, os números se mantiveram muito baixos até junho de 2020, com destaque para Santa Bárbara

de Goiás, que não registrou nesse intervalo de tempo nenhum caso, em que pese as características da cidade, conforme mencionado acima.

Pode se afirmar que o relaxamento das medidas de isolamento social para o controle do novo Coronavírus, autorizado nos decretos estaduais, em momento equivocado, aumentou a circulação e difusão territorial da doença, pois não se havia ainda controlado os focos de contaminação e a disseminação do vírus pelo Estado. Por isso, ao longo do mês de maio houve uma elevação no número de contaminação e de mortes, que se agravaram, contudo, a partir do final do mês, decorrentes de novas de medidas de relaxamento, agora relativas à ampliação significativa dos serviços considerados essenciais, contidas nos decretos nº 9653, de 19/04/2020; e nº 9656, de 24/04/2020. Ainda assim, as medidas decretadas evitaram milhares de mortes e o aumento da demanda por leitos hospitalares em todos os municípios goianos, segundo as projeções realizadas nos estudos<sup>13</sup> da UFG, que mostra curva crescente e que não sinaliza para uma estabilização antes do mês de setembro.

Valendo destacar que, dadas as circunstâncias em que as vulnerabilidades tornam-se ainda maiores ante a pandemia da Covid-19, as omissões estatais vem sendo compensadas por diversas iniciativas de solidariedade que surgiram no seio da sociedade civil organizada, com importante participação das empresas privadas, entidades sociais e universidades, que se tornam a principal frente de atuação contra a fome, a desinformação e a falta de acesso aos itens de proteção, atuando em diversas ações de ajuda. Também o poder público compõe essa rede de solidariedade que se formou logo no início da disseminação do vírus e do isolamento social, mas em ações ainda não suficientes e abrangentes para lidar com o aprofundamento da desigualdade social que já era latente.

---

<sup>13</sup> Modelagem da Expansão Espaço-Temporal da COVID-19 em Goiás (<http://covid.bio.br/>)

## Referências

ALCANTARA, T. Goiás tem maior índice de aumento de Covid-19 do país em 7 dias. O Popular(21/06/2020). Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/goi%C3%A1s-tem-maior-%C3%ADndice-de-aumento-de-covid-19-do-pa%C3%ADs-em-7-dias-1.2072772>. Acesso em 21/06/2020.

ARRAIS, T. A. et al. Pandemia covid-19: o caráter emergencial das transferências de renda direta e indireta para a população vulnerável do estado de Goiás. Revista Espaço e Economia (Revista brasileira de geografia econômica). Ano 18, N 18. 2020. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.13734>

BORGES, Elcileni M. Dinâmicas do mercado imobiliário e metropolização de Goiânia: um balanço de 15 anos pós-retomada da política habitacional. Editora Appris. Curitiba. 2020.

CARLOS, Ana F. A. (coord.). Covid-19 e a crise urbana. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

CASTRO, Daniel; DAL SENNO, Danillo; POCHMANN, Márcio (orgs.). Capitalismo e a Covid-19: um debate urgente. São Paulo, 2020.

COSTA, Marco A. et al. Apontamentos sobre a Dimensão Territorial da Pandemia da Covid-19 e os 29 Fatores que Contribuem para Aumentar a Vulnerabilidade Socioespacial nas Unidades de Desenvolvimento Humano de Áreas Metropolitanas Brasileiras. Brasília: Nota Técnica. Dirur - Ipea n.15. Brasília: Ipea, abril/2020.

CUNHA, D. F. Instituição da Região Metropolitana de Goiânia – Goiás (1980-2010): configuração e interações espaciais entre os municípios. 2017. 283 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

DAVIS, Mike et al. Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

EDITORIAL. O Popular de 21 de junho de 2020 – “Goiás tem maior índice de aumento de Covid-19 do país em 7 dias”.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional municipal no Brasil – 2010. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações. 2013.



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos e Estimativas. Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_. Aglomerados Subnormais 2019: Classificação Preliminar para o enfrentamento à COVID-19. IBGE – divisão de geociências. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 19 de maio de 2020. Acesso em 15 de junho de 2020.

\_\_\_\_\_. PNAD COVID 19. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em 25 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. Regiões de influência das cidades 2018 – informações de deslocamentos para serviços de saúde. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

\_\_\_\_\_. Regiões de influência das cidades (REGIC) 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. IMB/GOIÁS.

Déficit Habitacional em Goiás: uma análise do CadÚnico. IMB/SegPlan – Estudos do IMB. Goiânia. Novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Regiões de Planejamento de Goiás. Goiânia: IMB, 2018.

KERMACK, W. O.; MCKENDRICK, A. G. A contribution to the mathematical theory of epidemics. The Royal Society: proceedings of the Royal Society of London – a mathematical, physical and engineering sciences, 1927. v. 115, n. 772, p. 700-721.

MESQUITA, Élis G. da C. Modelos matemáticos para a Covid-19 no Tocantins. Arraias, TO, mimeo, 2020.

OLIVEIRA, R. Juiz ordena que a prefeitura instale mais pontos de higiene e abrigos para moradores de rua em Goiânia. G1 Goiás. 29/03/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/03/29/juiz-determina-que-a-prefeitura-instale->

mais-pontos-de-higiene-e-abrigos-para-moradores-de-rua-em-goiania.ghtml. Acesso em 10 de maio de 2020.

OSEMWINYEN. Amenaghawon C.; DIAKHABY, Aboubakary. Mathematical Modelling of the Transmission Dynamics of Ebola Virus. Applied and Computational Mathematics, v. 4 n. 4, 313-320, 2015.

PACHECO, et al. A pandemia de coronavírus e as desigualdades socioespaciais no Distrito Federal. Observatório das Metrópoles: Núcleo Brasília. Boletim, 09/04/2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/a-pandemia-de-coronavirus-e-as-desigualdades-socioespaciais-no-distrito-federal/>. Acesso em 25 de maio de 2020.

PAIVA, L. H. et al. Evitando a pandemia da pobreza: possibilidades para o Programa Bolsa Família e para o Cadastro Único em resposta à Covid-19. Nota Técnica Disoc – Ipea, n. 59. Brasília: Ipea, março/2020.

PINHEIRO, E. Cerca de 200 moradores de rua estão fora de abrigos em Goiânia. Mais Goiás, 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.emaisgoias.com.br/cerca-de-200-moradores-de-rua-estao-fora-de-abrigos-em-goiania/>. Acesso em 25 de abril de 2020.

SALGADO, Caio. Prefeitura alugará hotel para pessoas em situação de rua durante pandemia - O Popular (21/04/2020). Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/politica/giro-1.145054/prefeitura-alugar%C3%A1-hotel-para-pessoas-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-durante-pandemia-1.2038937>. Acesso em 25 de abril de 2020.

SANTOS, Boaventura de S. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Edições Almedina, 2020.  
SATO, Michèle; SANTOS, Déborah; SÁNCHEZ, Celso. Vírus: simulacro da vida? Rio de Janeiro: GEA-SUR/UNIRIO; Cuiabá: GPEA-UFMT, 2020.

TOSCANO, Cristiana M.; Lima, Alex F. R.; Silva, Lara L. S.; Razia, Paulo F.S.; Pavão, Luis Felipe A.; Polli, Demerson A.; Moraes, Rodrigo F.; Cavalcanti, Marco A.F.H. Medidas de distanciamento social e evolução da COVID-19 no Brasil. 2020. Disponível em: <https://medidas-covidbr-iptsp.shinyapps.io/painel/>. Acesso em 26 de junho de 2020.